

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

JOÃO MANSUR .....	ARENA
SANTOS LIMA .....	ARENA
ODILON REINHARDT .....	ARENA
JORGE SATO .....	ARENA
MUGGIATI FILHO .....	MDB
DAVID FEDERMANN .....	ARENA
HELIO MANFRINATO .....	MDB
AGUINALDO PEREIRA LIMA .....	ARENA
ALVARO DIAS .....	MDB
ANTONIO BELINATI .....	MDB
ANTONIO COSTA .....	ARENA
ANTONIO L. JÚNIOR .....	ARENA
ANTONIO MACIEL .....	ARENA
ARIZONE ARAÚJO .....	ARENA
ARMANDO QUEIROZ .....	ARENA
ARTHUR DE SOUZA .....	ARENA
BASILIO ZANUSSO .....	ARENA
BORSARI NETO .....	ARENA
CÂNDIDO M. DE OLIVEIRA .....	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA .....	MDB
EMÍLIO CARAZZAI .....	ARENA
ERONDY SILVÉRIO .....	ARENA
FABIANO BRAGA CÔRTEZ .....	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN .....	ARENA
FUAD NACLI .....	ARENA
GABRIEL MANOEL .....	ARENA
GILBERTO CARVALHO .....	ARENA
IGO LOSSO .....	ARENA
IRIS CALDART .....	MDB
IVO TOMAZONI .....	ARENA
JOÃO FADEL .....	ARENA
LÁZARO DUMONT .....	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL .....	ARENA
LUÍZ R. SOARES .....	ARENA
MARCIANO BARANIUK .....	ARENA
MAURÍCIO FRUET .....	MDB
NELSON BUFFARA .....	MDB
OLAVO FERREIRA .....	ARENA
OVIDIO FRANZONI .....	ARENA
PAULO CAMARGO .....	ARENA
PAULO POLI .....	ARENA
QUIELSE CRISÓSTOMO .....	ARENA
ROSÁRIO PITELLI .....	ARENA
SEBASTIÃO R. JÚNIOR .....	MDB
WILSON BRANDÃO .....	ARENA
WILSON FORTES .....	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA .....	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima (Em exercício na Presidência)  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (MDB)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (MDB)

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 20.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 22 de Março de 1973 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado David Federmann, secretariada pelos srs. Deputados Gilberto Carvalho e Lázaro Dumont.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Fuad Nacli — Igo Lossó — João Fadel — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (43); achando-se ausentes os srs. Deputados Arthur de Souza, Aguinaldo Pereira Lima e Wilson Brandão. (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

\* O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal. (É feita a chamada nominal dos srs. Deputados)

Responderam a chamada 27 srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão e consequente votação.

Discussão única — da Proposição n.º 163-72. Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 5-71, de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Pérola e de Iporã. — (Rejeitado o Projeto, mantido o Veto).

Discussão única — da Proposição n.º 164-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 246-70, de autoria do Sr. Deputado Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na Estação de Platina, Distrito do Município de Santo Antonio da Platina. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Em votação; Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença em Plenário, do Sr. Paulino Steidlle, Prefeito Municipal de Coronel Vivida.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, às 9,00 horas com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

Discussão única das Propostas n.ºs 165-72 e 166-72.  
Levanta-se a sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 21.ª Sessão Ordinária Realizada em 22 de Março de 1973 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretaria pelos srs. Deputados: Antonio Costa e Ivo Tomazoni.

A Hora Regimental é registrada a presente dos seguintes srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Lossó — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (43). Achando-se ausentes os srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima — Arthur de Souza e Wilson Brandão. (3).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

### REQUERIMENTOS:

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Durval Marcondes Guimarães, ocorrido na cidade de Palmas.

Outrossim solicita da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada. Sala das Sessões, em 22 de março de 1973.

(a) — Arizone Araújo.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, da Senhora Joana Trevisan Sanson.

A veneranda dama era viúva do Senhor Jacob Santos e tronco de tradicional família curitibana. Dona Joana Trevisan Sanson exerceu intenso trabalho caritativo e filantrópico, participando das diversas instituições assistenciais. A extinta deixa a filha Alice Sanson Orlandi, viúva do Senhor Cicero Orlandi. Era mãe da Senhora Mercedes Sanson Stresser, esposa do jornalista Adherbal G. Stresser, diretor-presidente dos Diários e Emissoras Associadas do Paraná, já falecida. Era irmã dos Senhores Antonio Trevisan, casado com a Senhora Jovina Trevisan; e de João Evaristo Trevisan; e das Senhoras Maria Angela Trevisan de Abreu, viúva do Senhor Altino; e Hermínia Tre-



visan Maggione, casada com o Senhor Italo Maggione. Eram seus irmãos os Senhores Hermenegildo Trevisan, Walfrido Trevisan e Ema Trevisan, já falecidos.

Dona Joana Trevisan Sanson era avó das Senhoras Orny's Orlandi Repka casada com o Coronel Isidoro Repka; Orlice Orlandi Leone, casada com o Engenheiro Francisco Frederico Leone; e do jornalista Ronald Sarison Stresser, diretor-superintendente dos Diários e Emissoras Associadas do Paraná casado com a Senhora Diva Labatut Stresser.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1973.

(a) — Mauricio Fruet

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais requer após ouvido o Plenário, designação de uma Comissão de Deputados para recepcionar a embaixada do Coritiba F. C. às 17,00 horas no Aeroporto Afonso Pena.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1973.

(a) — Arizone Araujo.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na forma autorizada pelo Regimento Interno, requer que seja consignado em Ata um voto de congratulações ao Coritiba Foot Ball Club, brilhante vencedor do "Torneio do Povo" competição de invulgar expressão nacional, por envolver em disputa, precisamente, os clubes de maior preferência popular do país.

Requer também, se aprovado o presente, que se de ciência do fato à Diretoria do Clube — e por extensão, à sua numerosa torcida — na pessoa de seu Presidente, Senhor Evangelino da Costa Neves.

E que se comunique, igualmente, à Presidência da Federação Paranaense de Futebol a fim de que o júbilo desta Casa pelo grande feito do Coritiba F.C. seja do conhecimento, também de todos os filiados àquela entidade.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1973.

(a) — Cândido Martins de Oliveira.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — A extraordinária conquista do Coritiba F.C. em data de ontem obtendo o Título Máximo do "Torneio do Povo", disputado que reuniu as agremiações futebolísticas de maior projeção dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo; Guanabara; Minas Gerais e Bahia;

2 — A relevância do feito, que se constituiu no primeiro campeonato importante de âmbito nacional, conquistado por equipe paranaense;

3 — A importância do resultado para o Paraná, que com sucesso do Coritiba F.C., além de outras expressivas vitórias em competições nacionais e internacionais, será mais um importante fator para a inclusão de clubes araucarianos nos principais torneios nacionais, notadamente a de três clubes do Estado no próximo campeonato nacional;

4 — Que, além de outros fatores, o triunfo coritibano de ontem, foi mais valorizado pela raça e fibra de seus jogadores, que apesar da expulsão de dois atletas do gramado asseguraram o título;

5 — Que o título alcançado deve-se a um trabalho honesto eficiente e contínuo desenvolvido já há alguns anos pela diretoria presidida por Evangelino da Costa Neves.

Requero à Mesa, regimentalmente, a inclusão de um voto de Regozijo ao Coritiba F.C., dando-se ciência da decisão da Casa aos Presidentes dos Conselhos Diretor e Administrativo e ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1973.

(a) — Mauricio Fruet.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações a valorosa equipe do "Coritiba Futebol Clube" pela brilhante conquista em data de ontem na cidade de Salvador, Bahia, do "Torneio do Povo", disputa que reuniu as mais categorizadas equipes do Brasil.

Requer, outrossim, que se aprovado se dê ciência, à Diretoria do referido Clube da presente decisão e à Federação Paranaense de Futebol, pela magnífica atuação do quadro paranaense.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1973.

(a) — Nelson Buffara.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o encaminhamento de solicitação apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura no sentido de determinar, às direções dos estabelecimentos oficiais de ensino, a tolerância para o uso de calças compridas durante o inverno, principalmente pelas alunas que estudam à noite.

A iniciativa, bastante antecipada, encontra justificativa na ciência de que algumas direções de estabelecimento, ao fixarem os modelos de uniformes, manifestaram disposição de não serem admitidas modificações ou tolerâncias durante o ano letivo, o que, por sem dúvida, irá gerar problemas que se pretende desde já, solucionar antes que os rigores do inverno se façam sentir.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1973

(a) — Nelson Buffara

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Ilmo. Sr. Diretor do DETRAN, para que aquela autoridade determine providências, visando a reorganização da 4.ª CIRETRAN — do Município de União da Vitória, para que sejam sanadas diversas dificuldades existentes.

Comportando elevado número de veículos aquela cidade não pode mais se prescindir de um serviço mais atualizado e eficiente no tocante à parte burocrática, pois que, a má distribuição do mesmo, constitui verdadeiro entrave para um atendimento mais rápido e eficiente e sem a adoção de tais medidas, torna-se a cada vez mais difícil para todos aqueles que dele se utilizam.

Também, quanto à fiscalização do trânsito nas ruas, pela precariedade, conclui-se que há urgente necessidade de uma reestruturação de seu sistema, a fim de que se assegure uma maior tranquilidade à população.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1973.

(a) — Domicio Scaramella.

#### Requerimento

SUMULA: "Formula apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda para que fique isentas do ICM as transferências de gado caprino, quando feitas dentro do Estado.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Mauricio Schulman, MD. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, para que fique isentam do ICM. (Imposto de Circulação de Mercadorias) as transferências de gado caprino, quando feitas dentro do Estado.

A medida que ora se pretende seja implantada, justifica-se em razão de que os rebanhos de caprino são quase nulos dentro do Estado.

Mesmo assim, as unidades são avaliadas, conforme tabela que acompanha o presente, em Cr\$ 35,00 (trinta e cinco cruzeiro) quando a captação do ICM resulta de transferência para fora do Estado e Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) quando feita a respectiva transação dentro do território do Paraná.

E sabido, entretanto, que o pequeno agricultor, principalmente o do Sul do Estado, se utiliza muito da espécie caprina para seu abastecimento de leite sendo as cabras cognominadas de "vaca de pobre".

A incidência de imposto sobre tal espécie entretanto, tem desestimulado os pequenos produtores, o que vem tornando quase nulo a existência de tais rebanhos, que se faz necessário como elemento capaz de trazer algum equilíbrio social às classes menos favorecidas.

A fim de que se possa estimular o desenvolvimento do gado caprino entre nós, entende-se como imperiosa a isenção pretendida, pois o tributo é a única causa do desaparecimento dessa espécie.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) — Muggiati Filho

#### Requerimento

SUMULA: "Requer seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, para que sejam tomadas providências para a implantação asfáltica de São José dos Pinhais à BR-277".

Senhor Presidente:

Na forma em que dispõem o Regimento Interno e no uso de suas prerrogativas, o Deputado que este subscreve requer, após ouvido o Plenário, seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de serem tomadas as providências necessárias para a implantação da ligação asfáltica da sede do município de São José dos Pinhais à BR-277, medida esta que se faz necessária tendo em vista que tal estrada, com uma extensão de 5 km. virá desviar grande parte do movimento de Joinville ao Porto de Paranaguá e São Paulo, via Canguiri, des congestionando, por via de consequência, a estrada que liga esta Capital ao já mencionado município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) — Muggiati Filho

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais Requer à Casa, após ouvido o Plenário seja enviada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam administradas aulas para o 1.º e 2.º ano colegial noturno no prédio do Grupo Escolar "João Sampaio", extensão do Colégio Estadual "Professor Vicente Rijo", e no Grupo Escolar Sagrada Família, extensão do Colégio Estadual Marcelino Champagnat em Londrina.

Para melhor esclarecimentos do assunto, informamos a Vossa Excelência que no ano de 1972 foram ministradas aulas no Grupo Escolar "João Sampaio" e este ano, o Sr. Secretário da Educação e Cultura não permitiu tal funcionamento, deixando 184 alunos sem escola.

O prédio da escola Sagrada Família tem condições de ser reformado para receber 380 alunos.

Apelamos para o alto espírito de compreensão do Sr. Secretário, no sentido de uma solução favorável aos alunos em referências, para que possam eles frequentar o curso colegial nos estabelecimentos referidos.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) — Antonio Belinati.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário seja solicitada a esta Presidência, um estudo visando a compra, por este Legislativo de telefones para todos os Parlamentares.

Tal solicitação, Senhor Presidente se prende pelo fato de que o atual sistema telefonico da Casa, baseado no sistema PABX, não vem suportando a demanda razão pela qual permanece sempre congestionado dificultando os trabalhos de atendimentos dos Senhores Deputados. Como já existe, se bem que em número reduzido, parlamentares com aparelhos telefônicos, não ligados ao sistema central e pertencentes à Assembléia, achamos justo nossa pretensão daí a razão de acreditarmos na aprovação do plano em tela.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1973.

(a) — Domicio Scaramella.



## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário seja solicitado ao Senhor Ministro da Fazenda, se possível uma prorrogação no prazo de entrega das declarações de Imposto de Renda, que deverá findar no próximo dia 26 de março.

Tal solicitação, Senhor Presidente, se prende ao fato de milhares de contribuintes estarem encontrando dificuldades para a coleta dos elementos necessários para uma perfeita composição da Declaração de Imposto de Renda.

Acreditamos que com a dilatação do prazo marcado, poderão os contribuintes completar e aperfeiçoar suas Declarações de Renda fato este que em muito irá beneficiar a Receita Federal.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1973.

(a) — Antonio Belinati

## PROJETOS DE LEI:

## Projeto de Lei n. 29-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública à Associação "Colégio dos Anjos". Entidade mantenedora com sede e foro na cidade de Pirai do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

(a) — David Federmann.

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais, para alcançar tal objetivo, eis que sua fundação se deu há vários anos presta realmente relevantes serviços à coletividade de maneira desinteressada; sua direção não recebe qualquer espécie de remuneração e seu estatuto social está devidamente registrado no cartório competente.

Anexamos, para o exame mais acurado dos Senhores Deputados, o Estatuto da referida associação que foi fundada no ano de 1915.

Portanto, nada mais justo que seja declarada de utilidade pública a Associação Colégio dos Anjos, para que contamos com o apoio dos nobres Deputados em assento nesta Assembléia Legislativa.

## Projeto de Lei n. 30-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o Regime de Dedicção Plena para a Magistratura.

§ 1.º — A opção por este regime implicará na renúncia tácita a faculdade estabelecida pelo Artigo 99, n.º I, da Constituição Federal;

§ 2.º — No interesse da Justiça, poderá o Presidente do Tribunal de Justiça dilatar até o dobro o período de expediente diário do Magistério optante;

§ 3.º — Aos Magistrados em Regime de Dedicção Plena será atribuída a gratificação especial de 40% (quarenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2.º — Os membros da Magistratura Vitalícia, em atividade percebendo, a título de Representação a quantia correspondente de 20% (vinte por cento) de seus vencimentos aos quais não se incorporará.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

(a) — João Fadel.

## JUSTIFICATIVA:

Sempre entendemos que o exercício da magistratura principalmente em Comarcas do interior do Estado, impõe aos Juizes uma série de condições especialíssimas de convivência no seio da comunidade sobre a qual judica e, por isso, deve ser livre as peias de quaisquer natureza que lhe possa impedir atuação que tenha por escopo apenas os superiores interesses da Justiça.

Entre as causas eficazes para cerceamento do arbítrio do Julgador situa-se em posição de destaque, sem dúvida alguma, a remuneração do nível inferior que recebe pelos relevantes serviços prestados à sociedade e que não lhe dá um "status" compatível com a dignidade e elevação de suas funções obrigando-o, frequentes vezes, a esquecer os autos para resolução dos prosaicos problemas de subsistências sua e de seus dependentes. Convenhamos ser esta uma posição difícil para um Juiz, especialmente no Interior do Estado, onde os atritos de ordem política são muitas vezes levados ao âmbito judicial e o próprio dia-a-dia da cidade pequena responde por um envolvimento maior ou menor do Magistrado que acaba por tolher totalmente sua capacidade de decidir com isenção.

O presente projeto de lei que ora submetemos à douta apreciação desta ilustrada Assembléia Legislativa pretende atenuar em parte aqueles óbices à livre judicatura, instituindo o Regime de Dedicção Plena e concedendo, ao Magistrado optante, uma gratificação especial da ordem de 40% (quarenta por cento) sobre seus vencimentos. Não obstante, para que não seja invocado nenhum argumento de desfavor à iniciativa, tivemos o cuidado de estabelecer que o optante renunciará tacitamente à faculdade estabelecida no Artigo 99, n.º I, da Constituição Federal e que se refere à acumulação remunerada de cargos e funções públicas. Assim, o Juiz optante pelo Regime de Dedicção Plena não exercerá magistério nem dedicar-se-á a outra atividade que lhe suplemente o rendimento mensal, por quanto perceberá remuneração condizente com o padrão de vida lhe exigido pela magnitude de suas funções e poderá, com maior proficiência dedicar-se integralmente ao estudo da lei e aplicação da Justiça.

Por outro lado, entendemos também que os membros da Magistratura Vitalícia, fazem jús à percepção de gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) sobre seus vencimentos a título de Representação, porquanto suas elevadíssimas funções lhes impõem certos e inelutáveis ônus de participação social que não será justo se lhes exija retirem do "quantum" salarial, não tão elevado quanto deveria se-lo dada a importância do Poder Judiciário. Também aí, no corpo do Artigo 2.º, escolhemos desde logo a possibilidade de levantar-se objeções válidas à aprovação da medida, porquanto pre-

vemos em sua parte final, que a representação paga aos membros da Magistratura Vitalícia não se incorporará aos seus vencimentos, o que vale dizer, ocorrerá sua percepção apenas e enquanto o Magistrado estiver em atividade.

Sobre a oportunidade do presente projeto de lei poderíamos arrolar doutrina extensa de luminares estudiosos da prevalência do Poder Judiciário para manutenção da ordem social e econômica do Estado, mas certamente ela será redentante perante tão ilustrados integrantes desta douta Assembléia Legislativa que, temos certeza, saberão todos e cada um, trazer seus suportes de cultura para fundamentar ainda mais a presente justificativa e, à final, emprestarem ao Projeto de Lei em referência seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a litura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Todos os que passaram de frente ao Palácio Iguaçu, ante-ontem pela manhã presenciaram uma exibição de viaturas policiais novas, adquiridas através do Funrespol para equipar nossa Polícia Civil. Mas nos parece que o problema da Polícia Civil é de estrutura mesmo e de direção. Parece que a Polícia Civil está certa, não tem direção. Parece que o atual Secretário de Segurança não consegue dominar perfeitamente os negócios de sua pasta e o Diretor da Polícia Civil, em que pese o esforço, a dedicação, parece que não é o homem talhado para o posto. Alguns delegados deixam muito a desejar e isto tudo estou afirmando porque fui um dos que lutei aqui para que se remunerasse melhor a Polícia Civil, porque se alegava na oportunidade que a população não tinha segurança porque os componentes da Polícia Civil do Estado ganhavam salários de fome e não se podia exigir muito de seus elementos. Esta Casa abriu campanha, os clubes de serviço abriam campanha em favor dos melhores vencimentos para a Polícia Civil. S. Exa. o Sr. Pedro Parigot de Souza compreendeu a situação aflitiva dos elementos da Polícia Civil e houve por bem determinar melhoria sensível nos vencimentos dos mesmos. Parece que não adiantou. Vejamos os Senhores que em plena Rua Prudente de Moraes, artéria pública onde reside o Governador do Estado, à zero hora e 35 minutos de hoje, brilhante jornalista do Canal 4 e do "O Estado do Paraná", Dr. Renato Schaitza, foi covardemente assaltado e conduzido a um local érmico. Ali, não sofreu nenhuma violência, não foi roubado, teve apenas o seu veículo furtado. Horas depois, este veículo foi encontrado no bairro Bom-Retiro completamente carbonizado. Pasmem os Srs. Deputados e pasmem o povo que está nos ouvindo, era um automóvel novo, inclusive equipado com um toca-fitas de alto valor, bem isso foi retirado do veículo antes de ser destruído. Então estamos pretendendo estabelecer uma ligação entre uma campanha que o Canal 4 através daquele brilhante jornalista tem encetado em favor da Segurança Pública, justamente contra a Delegacia de Furtos e Roubos, pela insegurança total que aquela Especializada dá à população curitibana. Os assaltos se sucedem vergonhosamente em nossa Capital e contrata-se cachorro policial, cachorra para ser companheira do cachorro e nada se resolve. Então nos parece que o Canal 4, através da sua brilhante equipe, está se movendo numa campanha em defesa da população. Não é uma campanha pessoal contra ninguém, é uma campanha de peso à população curitibana. Parece-me, pelo menos nunca vi, ladrão que assalta, que não rouba nada, apenas leva o carro e depois o carro aparece incendiado. Sem roubar, é o pretexto deste veículo, é estranhável, parece-nos que foi vingança mesmo contra aquela brilhante equipe. Hoje pela manhã, entrei em contato telefônico com S. Exa. o Sr. Governador em exercício, Deputado João Mansur e solicitei de S. Exa. as medidas mais drásticas, providências urgentes, inclusive, que determine o Sr. Secretário de Segurança que ofereça garantia de vida a todos os jornalistas, porque ninguém mais pode criticar a Polícia desse jeito. Não estou afirmando que isso tenha sido coisa da Polícia, este assalto, mas pelo menos ela pecou por omissão, porque ela devia antes de tudo proteger a vida dos cidadãos e principalmente, a rua onde reside o Sr. Governador do Estado para que fosse melhor policiada. Exatamente aqui, numa das ruas centrais da cidade que não é um antro de marginais, é uma via pública onde tem imperado até agora, o respeito, o silêncio, a ordem, logo naquele local, este jornalista foi assaltado. Então sendo assim, dá pra desconfiar mesmo.

Fica pois aqui o nosso protesto. Vamos nos dirigir pessoalmente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, porque a população de Curitiba tem que ser melhor protegida. Afinal de contas, o Governo tem dado os meios necessários à Polícia Civil. Então o problema é de direção, o problema agora não é mais por falta de recursos. O Governo do Estado, como se sabe, concedeu dedicação exclusiva à Polícia Civil, melhorando, quase que dobrando os seus vencimentos de pessoal. E através da Funrespol, tem equipado convenientemente a Polícia. Então como disse, o problema é mesmo de direção. Se a população curitibana continuar à mercê dos malfetores, dos assaltantes, dos criminosos, e a Polícia parada, não tomar as providências cabíveis no caso, resta só um caminho ao Sr. Governador, é a substituição total, de quem dirige a Secretaria de Segurança Pública, desde o Secretário, Diretor da Polícia Civil, substituição de Delegado etc. etc.

O que está faltando agora é ação policial, é mais energia, porque não se pode mais alegar deficiência de vencimentos, não se pode alegar deficiência de viaturas, deficiência de verbas etc.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica ao nobre Deputado, que está esgotado o prazo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, mas peço a V. Exa. que me conceda pelo menos mais um minuto. Estou falando em defesa da população que está à mercê de ladrões, criminosos e malfetores de toda espécie. Acho que toda a Casa deveria associar-se a este protesto, não porque a vítima foi um jornalista, mas pelas circunstâncias em que se deu este assalto à propriedade alheia. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Arizone Araújo.

O SR. ARIZONE ARAÚJO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos traz a esta Tribuna na data de hoje é para nos congratularmos com o valoroso esquadrão do Coritiba Futebol Clube, que acabou de conquistar o certame de âmbito nacional e que, pela primeira vez,



o Paraná acaba de conquistar. E, para valorizarmos mais ainda este esquadro, que representa o povo do nosso Estado, apresentamos um Requerimento para que seja designada uma Comissão de Deputados, para receber o nosso plantel, bem como a Direção do Clube, às 17 horas, no Aeroporto Afonso Pena.

O Segundo motivo que nos traz à Tribuna é para apresentar um voto de pesar pelo falecimento de um ilustre cidadão da cidade de Palmas, Durval Marcondes Guimarães, que faleceu no dia 19 passado. Trata-se de elemento de família tradicional do nosso Estado, ex-serventuário da Justiça e que abre uma lacuna irreparável naquela localidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso da palavra, neste instante, para abordar o assunto aqui trazido pelo Deputado Erondy Silvério. Realmente, a ocorrência policial a que se referiu S. Exa. reveste-se de características inéditas, que levaram S. Exa. e as pessoas que tomaram conhecimento do fato a ilações, de que talvez este fato que poderia ser classificado apenas como um crime comum, de tantos que ocorrem nesta Capital e em nosso País, tivesse outra característica, envolvendo pessoas e se transformasse, portanto, num fato da mais alta gravidade.

Em vista destas circunstâncias, o Governador João Mansur determinou à Secretaria de Segurança e à Polícia Civil do Estado do Paraná, que agissem com a maior energia e maior rapidez, no sentido de desvendar imediatamente a ocorrência aqui referida.

A par disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejamos deixar patenteada a nossa solidariedade à vítima da ocorrência, jornalista Renato Schaitza, que brilhantemente atua no Canal 4 de Televisão desta Capital e no jornal "O Estado do Paraná". Este jornalista tem a solidariedade da Liderança do Governo e a solidariedade do próprio Governo do Estado que pode ficar tranquilo, como os Deputados desta Casa, que o Governo do Estado agir com a maior energia no sentido de elucidar esta ocorrência e no sentido de adotar providências para que fatos como este, ocorrido com o brilhante jornalista, não venham a ocorrer com o mais humilde dos moradores da Capital paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo também a Tribuna neste momento para abordar o tema levantado pelo nobre Deputado Erondy Silvério e pelo brilhante líder do Governo, Cândido Martins de Oliveira.

Cabe-me apresentar minha solidariedade ao pronunciamento do Deputado Erondy Silvério em defesa da segurança da população paranaense, pois o episódio aqui relatado dá bem a dimensão da total insegurança, do risco permanente que incide sobre cidadãos que aqui trabalham.

Nestas condições, tenham certeza os paranaenses e tenha certeza a vítima deste crime, de que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná estará vigilante, permanentemente colocada em defesa das mais elementares garantias que devem cercar o cidadão paranaense.

Também daqui faço um apelo ao Secretário de Segurança Pública para que não deixe passar em branco este lamentável e criminoso acontecimento e que, dentro de brevíssimo espaço de tempo, consiga uma solução para por fim às arbitrariedades que vêm ocorrendo em nosso Estado.

Lembro-me de uma frase de um humorista brasileiro que dizia mais ou menos assim: "Deus me livre da Polícia; dos bandidos eu me livro sozinho".

Se for o caso desta possível conclusão de que elementos cuja função deveria ser a de proteger o povo, teriam perpetrado o crime como vingança por justas críticas à ineficácia da Delegacia de Furtos e Roubos — e tomara que fique esclarecido que foi uma conclusão errada — mas, se for o caso, seria natural se fazer uma total e completa devassa naquela Secretaria para que o cidadão cuja função é proteger, não seja aquele de quem devemos nos proteger. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhei à Mesa da Casa um requerimento visando reforçar meu apelo que não foi atendido pelo Secretário de Educação e Cultura para que estudantes de Londrina não fiquem marginalizados em seu direito de frequentar a escola.

Nosso requerimento é no sentido de que sejam ministradas aulas para o primeiro e segundo anos colegiais em Grupos Escolares, em instalações que durante o dia são utilizadas como Grupos Escolares, e que à noite poderiam servir a acentuado número de estudantes que não puderam fazer matrícula porque os Colégios estavam abarrotados, com excesso de matrículas.

Esperamos que o Sr. Secretário de Educação e Cultura, que às vezes se mostra indiferente, se mostra com má vontade para atender os apelos desta Casa, deixe a vaidade de lado e venha a dar acolhida a nosso requerimento permitindo que alguns grupos passem, à noite, a funcionar como ginásio.

Sr. Presidente, nesta oportunidade queremos, aqui, hipotecar ao jornalista Renato Schaitza a nossa inteira solidariedade pelo assalto de que foi vítima na noite de ontem. E queremos dizer que, hoje, mais do que nunca, o profissional da imprensa, como o próprio político, é perseguido, sofre represálias pela vontade de ser sempre um fiel partidário da verdade, e, às vezes, aqueles que querem combater a corrupção e moralizar os órgãos competentes, acabam sendo vítimas de represálias como foi o jornalista Renato Schaitza.

Por várias vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nossa vida pública o profissional já tivemos ensejo de combater as más ações da Polícia do Paraná, as más ações que são praticadas por elementos que integram os quadros da Polícia do Paraná.

E, em alguma oportunidade, como o próprio jornalista Renato Schaitza, se bem que de forma diferente, tivemos nossos problemas, e sabemos o quanto é difícil, para os homens da imprensa que quer expurgar dos Qua-

dros da Polícia os maus policiais que, em vez de prestarem serviços ao povo, são elementos de passado escuro e procuram se esconder dentro da própria Polícia para tirar proveito de suas funções. E nós sabemos que a nova orientação é de uma Polícia sadia. Existe um quadro extraordinário, mas muitas modificações precisam ser feitas para que a Polícia do Paraná possa servir e se enquadrar do que deseja a nossa população. E para que não haja, nos quadros da Polícia elementos que deveriam estar fora dela, e que não usem de suas funções para tentar perseguir, coagir, aqueles que agem em defesa do povo, como o jornalista Renato Schaitza.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — (Lendo) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos dias de história em que vive o nosso Estado, existem circunstâncias que necessitam serem enfocados à luz de uma análise isenta de paixões.

Se concordarmos com a formulação de críticas generalizadas de que politicamente nosso Estado vive condições difíceis, especialmente para o Poder que representamos, não podemos deixar de reconhecer que no balanço dos créditos e débitos do Executivo, que interessam e beneficiam diretamente ao povo, e que conduzem nossa terra a destinos de progressos e desenvolvimento, há uma somatória de acertos ponderáveis.

Acertos que a nosso vez, por si só justificam a admiração, o respeito e o agradecimento que todo o Paraná dedica à pessoa de nosso Governador Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, tão bem secundado em sua licença pelo Governador Deputado João Mansur.

Refiro-me às soluções encontradas no combate ao problema de marginalização econômica do Estado no contexto nacional, sentidas no confronto de sua potencialidade e a expressão de sua realidade, assunto por demais conhecido dos Senhores Deputados, do povo e especialmente daqueles com mais ambiência nos setores econômicos e financeiros.

Não podemos deixar de reconhecer que vive o mundo moderno, a crua afirmativa de que a distância que separa os homens e os povos, é uma distância puramente econômica, onde a distância física não pode e não consegue ser considerada.

E a compreensão em nosso País desta realidade criou a SUDENE, a SUDAN, o PIS, a PROTERRA, e faz construir a TRANS-AMAZÔNICA.

É a compreensão desta realidade que gera o progresso e o desenvolvimento, que deve ser contínuo e sucessivo.

E o caminhar sob a trilha dos que nos antecederam, procurando novos caminhos, com os mesmos propósitos e com o mesmo fim.

O Paraná viveu há poucos anos um "rush" agrícola e pecuário no Norte e Noroeste do Estado, que ensejou uma escala de poupanças para absorção da qual, na oportunidade, nossos órgãos públicos e particulares não estavam preparados para absorvê-la, e promover em sequência ao desenvolvimento agrícola, um ritmo de industrialização.

Então a riqueza que aqui se acumulava abarrotou os cofres dos estabelecimentos de crédito dos Estados vizinhos, propiciando mais ainda o desenvolvimento dos mesmos.

Colhíamos um fruto que não tínhamos condições de plantá-lo.

Impulsionados pela pressão desses fatos, num esforço comum do Executivo e deste Legislativo, foram criados órgãos de planejamento e desenvolvimento em nosso Estado, dos quais destacamos a CODEPAR, atualmente Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP —, ocasião na qual muitos dos Senhores Deputados ainda com assento nesta Casa deram sua colaboração para elaboração legislativa deste ato.

Foi o início de uma nova era após a qual a mentalidade empresarial e executiva, passou a viver tons de realidade maior, na formulação do desenvolvimento paranaense.

Novo "rush" agrícola com a soja e trigo no Sudoeste, amparado em melhor assistência creditícia, melhores estradas e já uma industrialização incipiente.

Porém, Srs. Deputados, as condições continuaram quase as mesmas, as novas riquezas de nosso Estado enchiam mais ainda novos cofres dos Estados vizinhos, criados através do mecanismo das letras de câmbio e da euforia do mercado de ações.

Em termos de economia, na reunião da Mesa dos grandes, temos que reconhecer: éramos a galinha dos ovos de ouro do Brasil. Isto com o protesto de todos os homens conscientes de nosso Estado, muitos dos Senhores Deputados na oportunidade fizeram pronunciamentos alertando as autoridades neste sentido.

A economia em seu dinamismo desenvolvimentista, se transforma continuamente, apresentando fatores novos.

Nosso Paraná nos últimos anos passa a sentir, que os elos necessários à dinamização econômica estão todos presentes, havendo somente a necessidade de melhor integração entre eles.

A participação de cada uma das unidades governamentais no setor financeiro, num planejamento que unisse esforços em torno de iniciativas, as quais se enfocadas pelas classes produtoras individualmente por mais bem dotadas que fossem, dificilmente conseguiram êxitos em objetivos mais amplos, na qual o povo participasse deles.

(Continua lendo): — "Ouvimos nos primeiros momentos do Governo Parigot de Souza, em almoço realizado em Palácio Iguaçu, juntamente com outros Srs. Deputados, e futuramente em pronunciamentos públicos a preocupação constante de S. Exa. pelo encontro de fórmulas e soluções que determinassem a fixação do capital gerado no Paraná, em nosso próprio Estado.

Na realidade de um Paraná, com expansão da capacidade de geradora de eletricidade através da Copel, que cobre quase todos os rincões de nossa terra, de um sistema de telecomunicações pelo DD, orgulho de todos nós, na Refinaria da Petrobrás em Araucária, da maior hidrelétrica do mundo em Itaipu, da maior fábrica de soja em Ponta Grossa, de uma Olerol — Indústria de Óleos que está hoje entre os 50 maiores exportadores do País, de uma Companhia de Café Soluvel, da Companhia Iguaçu de Café Soluvel, das madeireiras e fábricas de móveis, de louças, de azulejos e cimento.

Da primeira Associação de Sociedades Anônimas de Capital Aberto — Apasca.

Na realidade da extraordinária expansão do Banco do Estado na administração Evaldo Vita, da presença do Bamerindus levando a imagem de nossa terra a todo o País, da Bolsa de Valores e das Corretoras Paranaenses, que se justificavam mais, a persistência dos mesmos hábitos que no passado limitavam o nosso desenvolvimento.



Nosso Estado recebe a visita constante daqueles que desejam levar o Sul ao Norte, ou levar 70% de nossas poupanças para alimentar o Parque Industrial de São Paulo e outros centros.

A descapitalização das empresas paranaenses é um fato incontestável, as exigências do sistema, empresarial de nosso Estado, requerem aproximadamente duzentos milhões de cruzeiros anualmente, para a manutenção de seu capital de giro e expansão.

A formação interna de capital em nosso Estado está em nível baixo da média nacional, com reflexos danosos sobre as empresas paranaenses, sobre as empresas de fora que aqui trabalham ou desejam se estabelecer, e sobre a renda tributária do Estado.

Nestas circunstâncias é que referimos, no início deste pronunciamento, a constatação no presente momento, de uma somatória de acertos ponderáveis, por parte do Executivo.

Constatamos ao final do ano passado a participação da Secretaria do Governo através do Exmo. Sr. Secretário Dr. Ivo Moreira na Presidência da Comissão de Planejamento, da Secretaria da Fazenda, do conglomerado Banestado, Badep, Corretoras de Bolsa de Valores, na defesa dos valores econômicos que devem permanecer em nossa terra, com evidentes benefícios para todo o povo.

É a campanha de retenção de incentivos fiscais para ampliação em nosso Estado.

É a conscientização de todos os paranaenses para esta responsabilidade: vamos dizer "é tempo de Paraná" e vamos caminhar juntos no progresso comum.

A Comissão de Turismo desta Casa, que teve a honra de presidir, enviou c. ano passado a mais de 2.000 contadores de firmas a seguinte correspondência: (Lendo).

"Em reunião da Comissão de Turismo desta Assembléia Legislativa, foi destacada a importância para o desenvolvimento e economia do nosso Estado, da aplicação de maior parcela possível aos incentivos fiscais no Paraná.

Buscando uma posição neste sentido, procurando mobilizar as lideranças num esforço comum, dirigimos à V. S. a presente, para ressaltar o valor de sua colaboração.

Há um sistema colocado nas mãos de V. S., que constitui etapa essencial de um trabalho pelo Paraná: a condução e o fomento do fluxo dos incentivos fiscais para serem aqui aplicados.

É uma atitude consciente de reconhecimento de nossas potencialidades, seja no setor de reflorestamento ou particularmente, no de turismo através ou EMBRATUR.

A aplicação dos incentivos fiscais é significativo do interesse do empresário, em conjugar seus esforços de investimentos, em obras aprovadas pelo Poder Público, na consecução de uma nota comum, que para todos que aqui vivem é o desenvolvimento do Paraná".

Foi na oportunidade a colaboração desta Casa, através dos Deputados que constituíram a Comissão de Turismo para a campanha que, logo após o Executivo iniciava.

Este ano ampliou-se a atuação dos setores governamentais para a fixação dos incentivos fiscais no Paraná.

Desejamos referir e louvar a atitude do Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Mauricio Schulman, que juntamente com a Secretaria do Governo, em contacto com os grandes grupos financeiros locais, com os organismos de captação de poupanças, com as classes patronais: Federação de Indústria do Paraná e Associação Comercial, com o conglomerado Banestado, Badep e outras instituições auxiliares, exortou-os ao objetivo de uma campanha e de uma ação nitidamente paranaense, mostrando no dizer do próprio Sr. Secretário da Fazenda, que: "aplicar em empresas do Paraná é investimento excelente pois são empresas tão boas quanto as dos demais Estados.

Sempre apreciamos e reconhecemos o trabalho e as atividades daquela plêiade de jovens economistas do Badep, especialmente agora com a direção de Dr. Karlos Riechbieter, que em nome do nosso Estado foi a São Paulo para um diálogo franco e expositivo, e porque não dizer, duro, apresentar a exigência de aplicação no Paraná pelos grandes grupos financeiros, de parcela resultante das poupanças paranaenses neles depositadas é o retorno dos duzentos milhões de cruzeiros necessários ao capital de giro de nossas empresas.

Gostaríamos de ressaltar que outro canal de engrenagem de nossas economias para outros centros, funciona através do Decreto Lei 157, que permite às pessoas físicas destinarem de 12 a 24% de seu imposto de renda devidas aos fundos fiscais.

Existem em nosso País um sem número de fundos, sendo paranaenses, apenas quatro.

É fácil concluir que os fundos são paranaenses, cujas matrizes se localizam em outros Estados, mas que funcionam no Paraná, através de suas filiais, levam às suas origens a maior parte da parcela do Decreto Lei 157 aqui arrecadado.

Neste momento, desejamos fazer desta Tribuna um apelo aos Srs. contribuintes de pessoas físicas, para que, quando do pagamento do imposto sobre a renda, ao recolherem suas parcelas do Decreto Lei 157, o façam destinando-as a um dos quatro fundos fiscais existentes em nosso Estado, pois é lógico concluir que esses recursos arrecadados serão aplicados em empresas do Paraná.

Desejamos também renovar nessa oportunidade o apelo que já foi feito através da Comissão de Turismo desta Casa e por pronunciamentos dentre os quais destacamos o do Deputado Lázaro Dumont ainda há poucos dias, juntamente com a campanha que a Secretaria da Fazenda promove no sentido de que as pessoas jurídicas, ou seja, as empresas distribuam os seus incentivos fiscais pela Embratur, Reflorestamento e Sudepe deixando a parcela restante para ser aplicada em outras áreas, notadamente SUDAN e SUDENE.

Desta maneira, numa atitude que jamais poderá ser considerada de bairrismo paranaense, os contribuintes do Imposto de Renda, numa manifestação de gratidão, apoio e confiança e tudo aquilo que o Paraná nos proporciona, estarão contribuindo para o desenvolvimento econômico levando progresso a todas as parcelas de nosso povo e melhores condições de vida.

Nós sabemos que 75% das contribuições do Paraná eram carreadas, destinadas às obras da Sudene e da Sudan, áreas que reconhecemos tinham necessidade de recebê-las, mas que junto com este reconhecimento, nos permitimos a presença no Plenário para dizer que o Paraná também necessita de incentivos fiscais que tragam desenvolvimento ao nosso Estado, espera também o reconhecimento de todos os que se dedicam às atividades econômicas por aquilo que o Paraná lhes proporciona e recebem de nosso Estado, espera o seu reconhecimento porque sentem e sabem que as parcelas podem ser destinadas ao Paraná, irão trazer melhor desenvolvimento ao nosso

Estado, irão trazer melhores condições tributária do Executivo, fazendo com que todos nós, administradores, povo, homens de empresa, políticos possamos contribuir naquilo que desejamos para a nossa terra, o bem estar público e especialmente, melhores condições para o nosso povo.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não desejava interromper o brilhante pronunciamento de V. Exa. e por esta razão aguardei o seu término para poder expressar de viva voz a minha satisfação pessoal por vê-lo nesta tarde na Tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, abordando um tema de tamanha importância para o futuro do nosso Estado. V. Exa. pode ter a mais absoluta certeza de que este pronunciamento hoje realizado pelo seu conteúdo, pelo estudo que com certeza demandou, ficará escrito em magníficas letras nos Anais desta Casa, demonstrando que um Deputado da sua envergadura moral e intelectual, compreendeu bem a missão que recebeu do povo e colocou o seu mandato na altura da dignidade, na altura da contribuição que ele pode significar para o desenvolvimento do Paraná. V. Exa. gratificou os Deputados que aqui permanecem com uma valiosa explanação e desejo, a par dessa manifestação pessoal, como Líder do Governo, agradecer à V. Exa. a sua solidariedade a esse plano em tão boa hora idealizado pelo Governador Parigot de Souza e lançado pelo Governador João Mansur, qual seja, o de que a retenção do Imposto de Renda fique dentro dos limites territoriais paranaenses, sem demérito para outras instituições nacionais, como disse V. Exa., mas com cunho eminentemente paranista que V. Exa. deve ter sempre em mente. Muito obrigado. Minhas congratulações à V. Exa..

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Nobre Deputado, agradeço as palavras de V. Exa. e declaro ainda uma vez mais que a nossa presença aqui deste Plenário, neste momento, prende-se ao dever de justiça para com o empenho que estamos observando no Executivo Estadual um empenho através da Secretaria de Planejamento, um empenho muito bem compreendido pelo Governador João Mansur, um empenho à procura de soluções que o Paraná há muito tempo esperava, um empenho que já fora utilizado e foi fartamente utilizado por outras unidades da Federação, para fixação do que é direito para o próprio povo, do que é direito e pertence ao nosso povo e ao Paraná, a parcela que o Governo nos concede do Imposto de Renda e se o apelo pudesse ser um pouco mais expandido, eu diria que as classes produtoras do Paraná, o comércio, a indústria do Paraná, ao fazerem sua declaração de renda, deveriam fazer o que chamaríamos "dividir seus incentivos, aplicando a maior parcela possível em investimentos como aqui no Paraná está se realizando que podem sofrer suas inspeções, que podem sofrer suas críticas, investimentos todos eles, que irão beneficiar o nosso Estado. Agradeço o pronunciamento de V. Exa. que veio enriquecer mais ainda a explanação que estou fazendo no momento aqui no Plenário. Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem). Sr. Presidente, é de lamentar, sr. Presidente, que após um pronunciamento tão elevado, de tanta significação para o nosso Estado, esta Assembléia não esteja no momento pelo que me consta, com número regimental para o prosseguimento da sessão. Para o que, requeiro a chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A mesa determina ao Sr. Secretário para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. SECRETÁRIO — Presentes 23 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Havendo número para prosseguimento da Sessão, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiramente, nesta oportunidade, queremos nos congratular com o Deputado Xenofonte Villanueva, pelo brilhante pronunciamento que acabou de fazer.

O Sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa., nesta oportunidade, Deputado Lázaro Dumont, queira receber meus cumprimentos pela sua reeleição numa eleição disputadíssima, quando V. Exa. então foi reconduzido à Presidência da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná. Nesta oportunidade, mesmo sendo de outra agremiação política mas sendo da nossa região, Londrina, nós cumprimentamos Vossa Excelência para essa sua recondução.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço a sua manifestação, nobre Deputado Belinati.

Mas, continuando, nós dizíamos, Deputado Xenofonte Villanueva que estamos realmente contentes por esta preocupação pela maneira como é aplicado hoje o investimento do nosso Estado; a elevação dos recursos do Paraná, exposta assim de maneira tão brilhante por Vossa Excelência que dignamente representa a classe produtora e econômica de nosso Estado; a preocupação para que o Paraná possa realmente ter recursos e se desenvolva mais, como nós desejamos.

Nosso pronunciamento no dia de hoje, de certa maneira, tem correlação com o pronunciamento de V. Exa..

O Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, Professor Mozart Victor Russomano deverá receber homenagem de nosso Estado, com jantar oferecido pelas classes produtoras, classes econômicas e também classes trabalhadoras onde aquela ilustre personalidade deverá fazer um pronunciamento sobre a possível criação do Tribunal Regional do Trabalho no Estado do Paraná.

Nosso Estado vive há muito tempo alimentando outras economias e também no aspecto jurídico, no aspecto de legislação trabalhista sofremos a mesma influência do vizinho Estado de São Paulo ao qual as Juntas de Conciliação de nosso Estado estão subordinadas.

A preocupação e a luta para a criação do Tribunal Regional do Trabalho no Estado do Paraná é uma luta das classes empresariais e das classes trabalhadoras há quase vinte anos.

Em várias audiências com Ministros da Justiça e com vários Presidentes da República, se tentou, em vão até hoje, trazer para o Paraná esse importante órgão que não só beneficiará as classes trabalhadoras, como aliviará de muitas contribuições as classes produtoras que, em muitos casos têm que se deslocar de nosso Estado para o vizinho Estado de São Paulo.

Temos em nossas mãos o trabalho realizado por grupos e dirigentes sindicais que apresenta ao Ministro da Justiça e também ao Presidente da República a necessidade da criação do Tribunal Regional do Trabalho em nosso Estado.

Sabemos que vários outros Estados já possuem seu Tribunal Regional



do Trabalho e é lamentável que o Estado do Paraná, que está entre o segundo ou terceiro Estado brasileiro em produção e arrecadação, não possa contar com este grande benefício que seria a criação do Tribunal Regional.

O Paraná conta hoje com pouquíssimas Juntas de Conciliação e recentemente, de um modo vimos se desvanecer a esperança da criação do Tribunal Regional.

Foi a 2 de dezembro de 70, através da Lei 5.630 do Sr. Presidente da República, dando as normas para a criação da Junta de Conciliação e Julgamento do Estado do Paraná.

Gostaria de ler o artigo 1.º desta lei: "A criação da Junta de Conciliação e Julgamento está condicionada à existência na base territorial prevista para a sua jurisdição, de mais de 12 mil empregados e a ajuizamento durante três anos consecutivos de pelo menos 240 reclamações anuais".

Sabemos da dificuldade que se tem hoje em analisar uma ação. Sabemos da dor de cabeça e da demora que se tem para o julgamento de uma ação.

O grande obstáculo para a criação destas Juntas no Estado do Paraná, é bastante para a criação do Tribunal. Sabemos que a maioria das questões trabalhistas no Estado são feitas na base de acordo.

Na minha entidade, por exemplo, o Departamento Jurídico, hoje, — é formado por aproximadamente 45 a 50 advogados, no Interior do Estado do Paraná, num atendimento de 100 a 120 pessoas por dia. Esse Departamento Jurídico leva a juízo 1% das reclamações trabalhistas. E daquelas ações trabalhistas nem 10% chegam ao final julgamento. Isso levando em consideração principalmente a demora e o desinteresse dos Juizes das Comarcas do Estado que necessitam tanto daqueles recursos para poderem sobreviver.

Para se ter uma idéia do que é a Justiça Trabalhista em nosso Estado, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que nos ouvem, que somente em Curitiba, Paraguará, União da Vitória, Ponta Grossa e Londrina, existem Juntas de Conciliação. No resto do Paraná não existe Justiça Trabalhista. E a grande reivindicação nossa para termos essa Justiça é a criação do Tribunal do Trabalho em nosso Estado. E tivemos a sorte de ver conduzido à Presidência desse importante órgão nacional, que é o Superior Tribunal do Trabalho, esse extraordinário jurista Russomano que, por várias vezes, antes mesmo de ser Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, deu entrevistas favoráveis à criação do Tribunal do Trabalho em nosso Estado. E o motivo porque abordamos esse assunto, no dia de hoje, é que no dia 6 de abril, como dissemos inicialmente, deverá estar em Curitiba, o professor Russomano, quando as classes patronais e de empregados deverão oferecer um jantar de 700 talheres, onde as classes trabalhadoras se encarregarão de 200 convites e as classes patronais, de 500. Gostaríamos, Sr. Presidente, que o Poder político do Paraná se fizesse representar, para que a nossa luta para trazermos o Tribunal Regional para nosso Estado não fosse tão desigual, e que não fosse somente uma luta de duas categorias: empresários e trabalhadores. E que a classe política de nosso Estado se fizesse representar dia 6 de abril, para que S. Exa., o Sr. Presidente do Supremo Tribunal do Trabalho sentisse que todo o povo do Paraná, todas as correntes representativas estavam presentes, para, num entusiasmo maior, se compromettesse, num pronunciamento, trazer, realmente, o Tribunal do Trabalho para nosso Estado.

O Sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O aparte, nobre Deputado, é para um esclarecimento. Não sou jurista, e não estou ligado a atividades desse setor, mas gostaria de saber qual a autoridade que cria a Junta de Trabalho em nosso Estado. E o Ministro da Justiça?

O SR. LAZARO DUMONT — Poderia responder com a própria lei. Diz o Artigo 2.º: "As propostas de criação de novas Juntas serão encaminhadas ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho que se pronunciará sobre sua necessidade, de acordo com os critérios adotados nessa Lei".

Portanto, elas são criadas com parecer favorável do Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, mas terão que ser encaminhadas ao Ministro da Justiça.

O Sr. Xenofonte Villanueva — Nobre Deputado, ao iniciarmos nossos trabalhos legislativos, tivemos oportunidade de receber um impresso pelas suas mãos, no qual era feito um exaustivo estudo para criação de Juntas de Conciliação e Julgamento em nosso Estado. Sentimos, então, desde aquela oportunidade, o trabalho que V. Exa. está fazendo para que essa classe de operários possa encontrar uma justiça com maior rapidez. Queremos louvar, neste momento, o procedimento desse esforço que V. Exa. faz para que o nosso Estado possa vir a ter um Tribunal Regional de Trabalho. Pode V. Exa. contar com a minha colaboração e, acredito, de todos os nossos Pares, para que nosso Estado seja valorizado perante a Federação e o povo tenha um tão importante órgão para a Justiça.

O SR. LAZARO DUMONT — Muito obrigado nobre Deputado. Gostaríamos, ainda, de abordar aquele trabalho que foi entregue a todos os Srs. Deputados no início de 71, um trabalho completo da situação do Paraná e que foi encaminhado ao Ministro da Justiça e ao Sr. Presidente da República. Nas duas oportunidades tive a felicidade e honra de ser escolhido pelas classes trabalhadoras do Estado do Paraná para entregar em mãos de tão altas personalidades, aquele trabalho.

Pedimos naquela época a criação de 13 Juntas de Conciliação e não sei porque acharam que seria um pedido muito alto para o Estado do Paraná. Foi, então, que se tornou necessário fazer outro trabalho. Os Nobres Deputados sabem quanto custa um trabalho de pesquisa. Então se dividiu o Paraná em 5 regiões, somente pedindo a criação de Juntas de Conciliação nessas regiões. Por exemplo: Junta de Conciliação e Julgamento em Apucarana, com extensão para diversos outros Municípios, abrangendo uma área de 9.016 Km, para atender uma população de 241.893 pessoas.

Este trabalho foi feito em todos os Municípios do Paraná. Coletou-se o número de todos os imóveis rurais do Paraná, estabelecimentos industriais, comerciais, atacadistas, bancários, número de cooperativas de crédito e consumo, e produção, número de barbeiros, de salões para senhoras, de hotéis, restaurantes, bares, botecoquins, drogarias, farmácias, postos de gasolina, profissões liberais etc.. Quer dizer, se procurou dentro de determinada área, tudo que existia para se justificar ao Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Ministro da Justiça, a criação das Juntas.

Pediu-se outra Junta para Umuarama, com jurisdição para outros Municípios, atendendo uma população de 702.438 pessoas, numa área de 16.972 Km2.

Outra Junta a de Paranavai, atendendo ainda outros Municípios, numa extensão de 10.853 Km2, com uma população de 386.536 pessoas.

Outra Junta a de Jacarezinho, para atender também diversos Municípios, com uma população de 413.407 pessoas, numa área com 8.763 Km2.

Foi um trabalho exaustivo que movimentou todos os Sindicatos do Para-

ná, sejam eles de trabalho rural ou urbano, fazendo com que o Sr. Ministro da Justiça tivesse realmente em mãos um documento capaz de convencer da necessidade da criação das Juntas de Conciliação e Julgamento em nosso Estado.

O Estado do Paraná, hoje, vive numa luta muito grande com o Estado de Santa Catarina, porque há 4 ou 5 anos, Santa Catarina formava a 1.ª Junta de Conciliação para se ter mais Juntas de Conciliação...

Sr. Presidente, vou encerrar minhas palavras, mas antes peço verificação de quorum, Sr. Presidente, para ver se paro de falar ou não.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário vai proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum, requerida pelo orador.

(É feita a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 20 Srs. Deputados. Havendo número legal devolve a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Não vou prosseguir porque, lamentavelmente, o assunto que interessa aos trabalhadores do Paraná, não interessa aos Srs. Deputados.

Encerro minhas palavras porque, na realidade, não tem 20 Srs. Deputados no Plenário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada)

Responderam a chamada nominal 21 Srs. Deputados. A Mesa comunica que não há número para votação, a matéria apenas será discutida.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135-70, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. Parecer favorável da C.C.J.

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8-72, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, concede pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à Octacília de Andrade Belich. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., COM EMENDA.

PROJETO DE LEI N.º 8/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedida uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 a Sra. Octacília de Andrade Belich.

Art. 2.º — A despesa referente à presente Lei correrá por conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Dep. Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

O Deputado signatário da presente elaborou o Projeto de Lei a fim de auxiliar a Sra. Octacília de Andrade Belich, mãe do ex-Deputado Estadual Olívio Belich, falecido em 17 de novembro de 1971, deixando a sua primogênita em estado de viuvez, com 69 anos de idade, sem posse de qualquer bem imóvel, e sem condições de obter, por si própria, recursos para seu sustento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 8/72

AUTOR: Dep. Ivo Tomazoni

SÚMULA: Concede pensão mensal de Cr\$ 50,00 à Octacília de Andrade Belich.

P A R E C E R

O Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, tem por objetivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00, em favor de Octacília de Andrade Belich, progenitora do ex-deputado estadual Olívio Belich, falecido recentemente.

Opinamos favoravelmente, visto que esta Comissão não opõe restrição alguma, seja de ordem legal ou constitucional, a projetos dessa natureza.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972.

za) Armando Queiroz — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Erondy Silvério

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira

PROJETO DE LEI N.º 8/72

VOTO EM SEPARADO

1) — Solicitamos vistas da presente proposição a fim de apresentar uma emenda visando à elevação do valor da pensão mensal proposta pelo nobre Deputado Ivo Thomazoni à Sra. Octacília de Andrade Belich, mãe do ex-deputado Olívio Belich.

2) — Quanto ao mérito do projeto e seu aspecto legal e constitucional, acompanhando as conclusões do nobre deputado Relator, votando pela sua aprovação, apenas com a seguinte

E M E N D A

Ao artigo 1.º:

Onde se lê Cr\$ 50,00, leia-se, Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros).

É o nosso Voto.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Igo Losso



## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 8/72

1) — O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça onde recebeu emenda que eleva o valor da pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros) para Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros).

2) — Trata-se de meddía das mais meritórias e, havendo dotação legal, não vemos qualquer óbice que se lhe possa antepor.

3) — Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1972

aa) Fuad Naeli — Presidente

Jorge Sato — Relator

João Fadel

Odilon Reinhardt

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Durval Marcondes Guimarães, ocorrido em Palmas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Joana Trevisan Sanson. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Coritiba Football Club, pela brilhante vitória no "Torneio do Povo". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Coritiba F.C., pela vitória alcançada no "Torneio do Povo". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à valorosa equipe do Coritiba Futebol Club, pela conquista do "Torneio do Povo". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando a tolerância para o uso de calças compridas durante o inverno, nos estabelecimentos oficiais de ensino. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Diretor do Detran, visando a reorganização da 4.ª Ciretran, do Município de União da Vitória. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados, para

recepcionar a embaixada do Coritiba F.C., quando de sua chegada ao Aeroporto Afonso Pena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, para que sejam isentas do I.C.M., as transferências de gado caprino, quando feitas dentro do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento do Sr. Deputado José Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Diretor do DER no sentido de que determine providências para a implantação da ligação asfáltica da sede do Município de São José dos Pinhais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam administradas aulas para o 1.º e 2.º ano colegial noturno, no prédio do Grupo Escolar "João Sampaio", Extensão do Colégio Estadual "Professor Vicente Rijo" e no Grupo Escolar Sagrada Família, extensão do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, em Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando a esta Presidência a compra, por este Poder Legislativo, de telefones para todos os Parlamentares. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, visando uma prorrogação no prazo de entrega das declarações do Imposto de Renda. — **Adiada a discussão na forma do art. 150, do Regimento Interno.**

O SR. ANTONIO BELINATI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Solicitamos a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação do nosso requerimento. Aprovado posteriormente pelo Plenário desta Casa, será dirigido apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, Delfino Neto e o objetivo é levar até S. Exa. uma palavra que nós temos certeza...

(É interrompido pelo Sr. Presidente).

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, alerta a V. Exa. que não havendo número para discussão deve ser transferida para amanhã.

O SR. ANTONIO BELINATI — Nós então estamos transferindo para amanhã a discussão deste requerimento, pedindo que o prazo para o Imposto de Renda seja prorrogado e não termine dia 26.

O SR. PRESIDENTE — Fica encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, sexta-feira, às 10,30 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/70.

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8/72.

Levanta-se a Sessão.